



## A pandemia da COVID-19 e a educação infantil: desafios vividos, reflexões necessárias

*The COVID-19 pandemic and early childhood education: challenges experienced, necessary reflections*

 **Leandra Souza Machado**

Mestre em Educação

Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro

Guarapuava, Paraná – Brasil

[liasouza0808@gmail.com](mailto:liasouza0808@gmail.com)

 **Aliandra Cristina Mesomo Lira**

Doutora em Educação

Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro

Guarapuava, Paraná – Brasil

[aliandralira@gmail.com](mailto:aliandralira@gmail.com)

**Resumo:** O objetivo do texto é problematizar questões relacionadas à COVID-19 e seus impactos na Educação Infantil. O surgimento da pandemia sua disseminação pelo mundo teve impactos em todas as esferas da sociedade, inclusive na educação. Ao seguir as recomendações dos órgãos de saúde adotando o isolamento e distanciamento social, no intuito de conter a transmissão da doença, escolas e Centros de Educação Infantil permaneceram fechados desde março de 2020 até meados de 2021, condição que provocou diversas reflexões, uma vez que ações remotas para essa etapa foram utilizadas. Trata-se de pesquisa bibliográfica com reflexões teóricas e levantamento das produções voltadas para a temática. Constatamos que os desafios educacionais desencadeados pela pandemia exigiram esforços dos profissionais envolvidos e motivaram a publicação de um conjunto de textos que refletiram sobre o exercício docente e seu entrelaçamento com as questões familiares, sociais e infantis.

**Palavras chave:** Educação Infantil; COVID-19; docência.

**Abstract:** The objective of the text is to problematize issues related to COVID-19 and its impacts on Early Childhood Education. The emergence of the pandemic and its spread around the world has had impacts on all spheres of society, including education. Following the recommendations of health agencies adopting isolation and social distancing, in order to contain the transmission of the disease, schools and Early Childhood Education Centers remained closed from March 2020 until mid-2021, a condition that provoked several reflections, since remote actions for this stage were used. This is a bibliographic research with theoretical reflections and survey of productions focused on the theme. We found that the educational challenges triggered by the pandemic required efforts from the professionals involved and motivated the publication of a set of texts that reflected on the teaching exercise and its intertwining with family, social and children's issues.

**Keywords:** Early Childhood Education; COVID-19; teaching.

Cite como

*(ABNT NBR 6023:2018)*

MACHADO, Leandra Souza; LIRA, Aliandra Cristina Mesomo. A pandemia da COVID-19 e a educação infantil: desafios vividos, reflexões necessárias. *Dialogia*, São Paulo, n. 46, p. 1-17, e24093, set./dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/46.2023.24093>

*American Psychological Association (APA)*

Machado, L. S., & Lira, A. C. M. (2023, set./dez.). A pandemia da COVID-19 e a educação infantil: desafios vividos, reflexões necessárias. *Dialogia*, São Paulo, 46, p. 1-17, e24093. <https://doi.org/10.5585/46.2023.24093>

## Introdução

A COVID-19 surgiu na China em dezembro de 2019 e rapidamente se espalhou pelo mundo afora, provocando muitas infecções, pânico e mortes, sendo decretada como pandemia no início de 2020. O Brasil registrou o primeiro caso da doença em março de 2020 e, logo em seguida, medidas recomendadas pelos órgãos de saúde foram adotadas, como o isolamento e distanciamento social.

Nesse cenário, diversas instituições em várias esferas da sociedade tiveram que ser fechadas como forma de precaução ao contágio. Num contexto no qual ainda não haviam vacinas e tampouco medicamentos com eficácia comprovada para se tratar a infecção, escolas e centros de Educação Infantil, dispersos por todo o país, foram fechados e o ensino e atividades remotas foram adotados como forma de dar continuidade ao calendário letivo. Vale registrar que, apesar de não haver previsibilidade legal para que a Educação Infantil assumisse esse formato, o Parecer CNE/PC 05/2020 (Brasil, 2020) publicado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) a incluiu em seu texto.

Nesse sentido, o artigo busca problematizar a relação existente entre Educação Infantil e pandemia da COVID-19 esclarecendo inicialmente a metodologia utilizada. Em seguida, traz algumas questões acerca da doença em si, seus impactos na vida das crianças e sua educação. Na sequência, apresenta o levantamento acerca das publicações feitas sobre Educação Infantil e pandemia. Esse texto representa um recorte de uma pesquisa de mestrado que tratou sobre o tema.

## Metodologia

Este trabalho trata-se de uma reflexão de cunho qualitativo e bibliográfico, que tem por objetivo problematizar a relação existente entre Educação Infantil e pandemia, bem como seus desdobramentos na educação da infância. Como elemento central da produção, apresentamos um levantamento sobre a pandemia da COVID-19 e suas possíveis consequências na sociedade e na educação. Para tanto, fizemos uma varredura no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) utilizando como recorte temporal o período da pandemia entre os anos de 2020 e 2022, a fim de reconhecer publicações que se aproximavam de nosso tema de pesquisa. Nesse panorama, esse trabalho ganha caráter inventariante e documental ao elencar estudos e narrativas de alguns pesquisadores da área.

## A pandemia da COVID-19 e seus impactos na saúde e na sociedade

Em dezembro de 2019 foi detectado na cidade de Wuhan, na China, o aparecimento de uma nova doença, que foi denominada de COVID-19. Tal doença é causada pelo novo coronavírus

(SARS-CoV-2). De acordo com uma abordagem inicial, o novo coronavírus teria surgido a partir da interação entre o homem e um animal infectado. Isso se deve ao fato de que, segundo os levantamentos feitos por epidemiologistas, os primeiros doentes teriam frequentado um mercado em Wuhan, no qual se vendem animais exóticos, vivos ou não, para consumo humano. Nesse entendimento, cogita-se que os animais, em específico o morcego, seriam os originais hospedeiros do vírus.

Um estudo realizado em Hong Kong apontou que se trata, provavelmente, de um novo vírus recombinante, cujo genoma é próximo ao Corona vírus relacionados à Síndrome Respiratória Aguda Grave, de morcegos-ferradura e que, embora inicialmente se suspeitasse que o mercado de Wuhan fosse o epicentro da epidemia, a fonte imediata ainda permanece desconhecida (Riboli *et al.*, 2020, p. 3).

Investigações feitas posteriormente acerca da origem do vírus apontam ainda outra hipótese, de que esse possa ter surgido a partir de um acidente em um dos laboratórios próximos ao mercado de Wuhan: o Centro Wuhan de Controle e Prevenção de Doenças (WHCDC) e o Instituto de Virologia Wuhan, da Academia Chinesa de Ciências: “Isto levantou a suspeita de que o vírus poderia ter vazado do laboratório e contaminado os primeiros pacientes nessa epidemia” (Câmara; Câmara; Moreno, 2020, p. 13400).

Mesmo diante das incertezas e controvérsias quanto à origem da doença, é fato que a China foi o epicentro da doença, que se espalhou rapidamente. Em poucos meses um grande número de países já tinha casos registrados da doença e a pandemia estava instalada.

A OMS define pandemia como sendo uma disseminação global de uma nova doença, e indica que os países devem estar preparados para a possibilidade de uma transmissão generalizada nas comunidades, o que pode exigir modificações nas políticas de viagens, elaboração de planos de quarentenas, cancelamento de eventos públicos e o rápido desenvolvimento de medidas terapêuticas como as vacinas (Lopes *et al.*, 2020, p. 189).

No Brasil, o primeiro caso de COVID-19 foi identificado em março de 2020. O Ministério da Saúde, por sua vez, “[...] lançou o Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus COVID-19, o qual é composto por três níveis de resposta: Alerta, Perigo Iminente e Emergência em Saúde Pública” (Albuquerque, 2020, n.p.).

A Emergência em Saúde Pública ocorre quando há transmissão local da doença, e nesse caso algumas medidas são estabelecidas, como “[...] vigilância, suporte laboratorial, medidas de controle de infecção, assistência, assistência farmacêutica, vigilância sanitária, comunicação de risco e gestão” (Albuquerque, 2020, n.p.). Havia também a recomendação de testagem em massa, para que se pudesse acompanhar a transmissão e a evolução da doença, o que não ocorreu em nosso

país, uma vez que o governo minimizou a gravidade do vírus em nome da preservação e manutenção da economia, ao dizer diversas vezes que lamentava os mortos, mas esse era o destino de todos, afinal (Kohan, 2020).

Netto e Corrêa (2020, p. 19) apontaram para a velocidade e facilidade de circulação e contágio pelo vírus:

A transmissão do vírus de pessoa para pessoa se dá por gotículas, quando o vírus é carregado em pequenas gotículas originárias do nariz e boca de pessoas infectadas ao falar, exalar, tossir ou espirrar. A infecção também pode ocorrer quando uma pessoa toca superfícies ou objetos contaminados e, dessa forma, toca seus olhos, nariz ou boca.

Com o passar dos meses e os estudos e pesquisas desenvolvidos, foi constatado que as infecções causadas pela COVID-19 vão de casos assintomáticos, ou de um simples resfriado, a casos graves, que resultam em internações e óbitos. Cerca de 80% dos pacientes se recuperam sem maiores complicações e sem necessitar de internamento. Contudo, em março de 2022, o Brasil já contabilizava oficialmente mais de 650.000 óbitos decorrentes da COVID-19. Kohan (2020) alertou que o descaso do governo e a gravidade da doença promoveram uma necropolítica<sup>1</sup>, cujos principais alvos são negros e pobres, uma vez que a desigualdade social impõe dificuldades de acesso aos serviços de saúde.

Nesse contexto, e como medida de segurança, a recomendação foi para que as pessoas ficassem em casa o maior tempo possível, sem contato com outras que não habitassem o mesmo recinto familiar. Além de isolamento e distanciamento social, o uso de máscaras, bem como a lavagem das mãos e uso de álcool em gel 70% tornaram-se medidas indispensáveis para proteção pessoal e coletiva.

## Pandemia, educação e crianças

Frente a esse panorama da doença relatado aqui de maneira breve, em meados do mês de março de 2020, o Ministério da Educação (MEC) recomendou que todas as escolas do país fossem fechadas e que as pessoas adotassem a quarentena como medida para conter a disseminação do vírus. Com isso, a determinação foi de que as atividades escolares não fossem interrompidas, mas se dessem de maneira ‘remota’ enquanto durasse o período de emergência sanitária.

A pandemia serviu também como um pano de fundo para que o governo brasileiro deixasse a educação de lado, dada a ausência de orientações claras e suporte às instituições, aos professores e às famílias. Num contexto de incertezas, investimentos no setor da educação foram diminuídos

---

<sup>1</sup> Necropolítica é um conceito filosófico que faz referência ao uso do poder social e político para decretar como algumas pessoas podem viver e como outras devem morrer; ou seja, na distribuição desigual da oportunidade de viver e morrer no sistema capitalista atual.

ou não aconteceram, aprofundando e agudizando os problemas já existentes. Kohan (2020, p. 4) faz importante crítica, nesse sentido:

Com efeito, para os discursos mais conservadores e regressivos, a pandemia poderia ser uma oportunidade propícia para distanciar de vez a educação: se as práticas educativas podem continuar a distância, qual seria a real necessidade de seguir mantendo escolas abertas com as pretensões explicitadas até o cansaço de ajuste nos gastos públicos? Para que manter uma instituição que vive em permanente crise, que exige recursos que poderiam ser usados com outros fins e que dá conta pifamente de suas funções e sentidos sociais? Não deveríamos aproveitar o vírus e desescolarizar de vez a sociedade?

Contudo, as ‘aulas remotas’ não funcionaram como previstas e idealizadas, para não dizer que, de fato, falharam, visto que não alcançaram um número esperado de estudantes devido a incontáveis motivos, ao mesmo tempo em que os que mantiveram seus vínculos com a escola não obtiveram aprendizagens consideradas satisfatórias para a etapa de ensino correspondente. Diante desse cenário, o contexto pandêmico viabilizou que muitos setores da sociedade pudessem reconhecer o valor extraordinário e insubstituível que a escola dispõe enquanto instituição que permite, aos que a ela frequentam, problematizar o mundo, questioná-lo, entendê-lo e, sincronicamente, imaginar e viver outros mundos (Kohan, 2020).

A ausência da efetividade da escola mostrou-se negativa sob vários aspectos, uma vez que se trata de uma instituição promotora de incontáveis aprendizagens, mediadora dos processos de aquisição e internalização de conhecimentos, um espaço que conta com a colaboração de profissionais qualificados para tal. No entanto, “[...] a escola nasce simbolicamente quando ela fecha as suas portas [...]” (Kohan, 2020, p. 6), ou seja, de certo modo seu não funcionamento de modo presencial expôs, em alguma medida, a importância de seu papel.

Cabe salientar que os sujeitos infantis foram privados de muitas coisas e, durante o confinamento, se viram impossibilitados até mesmo de usufruir do direito de brincar, já que as interações e trocas ficaram restritas. Devido às limitações impostas como medida de segurança, para uma parcela significativa de crianças prevaleceu o brincar por meio das telas, isso para aquelas que tinham acesso às tecnologias digitais: “Pondera-se que se a virtualização das brincadeiras colaborou de algum modo para proporcionar momentos de distração e diversão para as crianças, por outro, limitou as interações e relações as quais são essenciais à formação humana” (Lira; Machado; Nunes, 2021, p. 2686).

A brincadeira é condição fundamental para o desenvolvimento integral das crianças, é uma das formas mais significantes de expressão dos pequenos que experienciam e reinterpretem o mundo que os cerca por meio da ludicidade. De acordo com Fantacholi (2011), o brincar é um instrumento de comunicação infantil que promove trocas, interações, desenvolve a atenção, a

memória, a imitação, a imaginação, a afetividade, motricidade, inteligência, sociabilidade e criatividade das crianças. Como potência de vida, é uma forma única de estar no mundo e se apropriar dele.

Com a pandemia, nos deparamos com o isolamento e com as interações prejudicadas, com as infâncias confinadas e silenciadas, sendo as crianças compelidas a adaptarem-se às regras impostas. As restrições atingiram duramente os sujeitos infantis e, em consequência, o brincar.

[...] as crianças também foram imersas em bruscas mudanças com relação ao espaço-tempo de suas rotinas e interações. Para algumas, a organização de suas vidas passou a ser marcada pelo excessivo tempo em frente a uma tela, seja ela de televisão, computador, celular, tanto para dar conta de uma 'escolarização' formal no formato remoto que muitas redes municipais deram sequência, quanto para dar conta de 'gastar' o tempo dentro das condições de confinamento (Buss-Simão; Lessa, 2020, p. 1436, grifos das autoras).

Em decorrência desse cenário pandêmico, o brincar se adequou, as interações deram espaço a muito tempo em frente às telas, ou ao brincar de forma solitária, condições em que os processos imaginativos podem ter ficado prejudicados. Afinal, onde se encaixa o faz de conta no mundo digital? Em um universo no qual tudo está praticamente pronto, o imaginar acaba sendo ofuscado e a imaginação não se torna necessária.

Esse universo, atraente e cativante, captura as crianças, constrói desejos e escancara uma infância em que as habilidades em manipular aparatos tecnológicos nos impressionam e escancaram as dificuldades e limitações das crianças com atividades básicas de seu dia a dia, como abotoar um casaco, amarrar seus tênis, jogar peteca, pular corda ou andar de bicicleta (Lira; Machado; Nunes, 2021, p. 2691).

Além dessas questões, o brincar por meio dos aparatos digitais pode afetar de forma negativa a saúde dos pequenos, pois, como pontua Calegari (2003), ele pode ser um meio para expressar sensações e sentimentos, bons e ruins, que precisam ser compartilhadas com outros sujeitos. Ademais, questões como obesidade infantil também vêm à tona, uma vez que os movimentos corporais são substituídos pela imobilidade.

O nível de atividade física nas crianças tem demonstrado que a tecnologia tem ganhado espaço no mundo das crianças e vem diminuindo a atividade física na infância. As crianças vêm se tornando cada vez mais sedentárias por hábitos como assistir televisão, jogar videogame, usar computador (Machado, 2011, p. 13).

No Brasil, em virtude do avanço da vacinação, desde a metade do ano de 2021 houve a retomada das atividades de forma presencial em vários setores da sociedade brasileira, assim como em outros países, inclusive na esfera educacional. No final do mês de março de 2022, o uso de máscaras deixou de ser obrigatório e passou a ser facultativo mesmo em ambientes fechados em vários estados brasileiros, inclusive no Paraná, medida justificada ante o avanço da vacinação contra

a COVID-19 por todo o país e pela diminuição do número de casos e mortes em decorrência da doença.

Frente a esse contexto pandêmico, de isolamento social, fechamento das escolas e Centros de Educação Infantil e impactos na educação e vida das crianças, bem como de professores e famílias, na próxima seção apresentamos a pesquisa acerca das produções que tratam sobre Educação Infantil e pandemia da COVID-19, a partir de um recorte temporal entre os anos de 2020 e 2022.

### **Reflexões sobre Educação Infantil e pandemia: inventariar é imprescindível**

Nesse momento, nos debruçamos sobre a relação estabelecida entre pandemia e Educação Infantil do ponto de vista teórico. Para tal, realizamos uma varredura junto ao Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com o intuito de inventariar as publicações feitas sobre o tema. A situação nova e complexa que se apresentou expôs inquietações e reflexões de pesquisadores em diferentes áreas, buscando avançar nas discussões. Como já mencionamos, no campo da Educação Infantil as ações ‘remotas’ não eram projetadas sequer como uma possibilidade antes da pandemia, condição que gerou muitos questionamentos e motivou uma busca incansável de estudos problematizando esse cenário.

A partir do interesse em conhecer o que já foi produzido e socializado acerca da temática, “[...] pois nosso campo é um campo essencialmente voltado a uma prática social na qual, como pesquisadores e intelectuais formadores de educadores, somos também atores [...]” (Campos, 2009, p. 274), realizamos metodologicamente o que se nomeia de estado do conhecimento. Considerando que o estado do conhecimento se dedica a reconhecer as produções científicas em apenas um setor de publicações, mapeamos e analisamos os artigos publicados no Portal de Periódicos da CAPES sobre o assunto. Para tanto, utilizamos como termos ‘educação infantil’ e ‘COVID-19’, os quais deviam aparecer nos títulos de cada artigo. Num segundo momento, aplicamos como filtro os artigos escritos e publicados em português dentro do recorte temporal situado entre os anos de 2020-2022. Dando sequência em nossa busca, analisamos os resumos dos artigos, com o intuito de selecionar apenas os que se relacionam de algum modo com nossa pesquisa.

Ferreira (2002, p. 262) ressalta a importância que os resumos têm nos artigos: “O resumo é, então, incluído com a finalidade de divulgar com mais abrangência os trabalhos produzidos na esfera acadêmica [...]”. Nesse contexto, pontua ainda que as pesquisas bibliográficas que têm o intuito de discutir produções científicas sobre uma determinada área do conhecimento, com caráter inventariante e descritivo, são denominadas ‘estado do conhecimento’.

Como explicitamos anteriormente e é de conhecimento de todos, a pandemia da COVID-19 teve reflexos abrangentes na sociedade de um modo geral, e o distanciamento social recomendado pelos órgãos de saúde teve como consequência o fechamento das instituições educativas. Em decorrência desse cenário, professores, crianças e famílias também foram impactadas de algum modo. Uma vez que a escola, em face de tal crise sanitária, mudou de lugar, deslocando-se virtualmente para o ambiente residencial, a mediação da família foi essencial para o acompanhamento das atividades propostas. De acordo com Souza e Dainez (2020, p. 3):

Dentre as medidas, destaca-se a listagem de meios não presenciais que podem ser utilizados (plataformas digitais, plataformas virtuais, mídias sociais, videoaulas, vídeos educativos, programas de televisão, entre outros) e a indicação dos familiares como mediadores para as atividades escolares.

De fato, a parceria família-escola desde sempre foi fundamental para o pleno desenvolvimento dos pequenos e, durante a pandemia, tal parceria se fez ainda mais necessária. No entanto, quando essa parceria aconteceu, não se fez sem dificuldades, uma vez que muitas famílias não tiveram condições de ajudar as crianças na realização das atividades frente a incontáveis fatores. Nesses tempos de transformações sociais e incertezas, em face da emergência sanitária, o trabalho docente viveu adversidades sem precedentes, obrigando-nos a pensar, projetar, refletir sobre esse novo cenário.

Com relação ao levantamento das produções realizado no mês de fevereiro de 2022, encontramos um universo de 206 (duzentos e seis) artigos. Refinando nossa busca, e utilizando como filtros as opções: artigos, 2020-2022, idioma português e expandir resultados, nos deparamos com 44 (quarenta e quatro) publicações que se aproximavam do nosso tema. Foi realizada a leitura dos resumos desses artigos e descartados aqueles cujos temas centrais se afastavam de nosso objeto de estudo, restando 15 (quinze) publicações, apresentadas no Quadro 1.

**Quadro 1-** Artigos Portal de Periódicos CAPES (2020-2022)

	Título	Ano de publicação	Autores	Periódico
1	A avaliação institucional e a gestão na/da Educação Infantil em meio à COVID-19	2021	LOUZADA, V.; AMANCIO, C.; ROSSATO, R.	Revista Estudos em Avaliação Educacional, SP
2	A Educação Infantil e as demandas postas pela pandemia: intersectorialidade, identidade e condições para o retorno às atividades presenciais	2021	CRUZ, R. C. A.; CRUZ, S. H. V.; MARTINS, C. A.	Revista Zero-a-Seis,F, SC
3	A pandemia e as desigualdades de oportunidades de aprendizagem na Educação Infantil	2021	KOSLINSKI, M. C.; BARTHOLO, T. L	Estudos Avaliativos em Educação, SP

	<b>Título</b>	<b>Ano de publicação</b>	<b>Autores</b>	<b>Periódico</b>
4	Atuação docente na educação básica em tempo de pandemia	2021	CIPRIANI, F. M.; MOREIRA, A. F. B.; CARIUS, A. C.	Educação e Realidade, RS
5	Como nó e nós: a documentação pedagógica na creche no contexto da pandemia da COVID-19 em 2020	2021	VIEIRA, N. F. S.; SILVA, M. R. P. da	Revista Holos, CE
6	Direitos trabalhistas e trabalho remoto na educação infantil durante a pandemia: resultados de pesquisa	2020	COUTINHO, A. S.; LOPES, E.; VIEIRA, L. F.; TRÓPIA, P. V.	Revista Zero-a-Seis, SC
7	Educação em tempos de COVID-19: a emergência da educação a distância nos processos escolares da rede básica de educação	2021	HOLANDA, R. R.; FILHO, T. L. de L.; CHAVES, I. T.; MELO, I. R. de C.; RIBEIRO, A. A.	Revista Holos, CE
8	Educação Infantil e tecnologias digitais: reflexões em tempos de pandemia	2021	ANJOS, C. I. dos; FRANCISCO, D. J.	Revista Zero-a-Seis, SC
9	Educação Infantil no contexto amazônico: experiências em tempos de pandemia	2021	FRANCO, Z. G. E.; NOGUEIRA, E. M. L.; PRATA, W. de A.	Revista Zero-a-Seis, SC
10	Ensino remoto emergencial na Educação Infantil: experiência em escolas privadas	2021	DAVID, P. B.; FILHO, E. M. de B.; CARVALHO, W. V. de; MENDES, D. L. L. L.	Estudos Avaliativos em Educação, SP
11	Formação continuada de professores/as da Educação Infantil num contexto pandêmico: reflexões freireanas	2021	CRUZ, L. M.; MENEZES, C. C. L. C.; COELHO, L. A.	Revista Práxis Educacional, BA
12	Infância e pandemia	2020	ARAÚJO, J. N. G. de.	Caderno de Administração, PR
13	Infância em tempos de pandemia	2021	BRANDÃO, I. C. J.	Revista Holos, CE
14	Impactos da pandemia de COVID-19 na Educação Infantil em São Gonçalo/RJ	2021	TAVARES, M. T. G.; PESSANHA, F. N. de; MACEDO, N. A.	Revista Zero-a-Seis, SC
15	O teletrabalho coletivo durante a pandemia da COVID-19: um relato de experiência na Educação Infantil de Florianópolis	2021	SILVEIRA, J.	Revista Zero-a-Seis, SC

Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras, 2022.

Muitos dos artigos encontrados tratam de temas convergentes, visto o cenário instalado pela pandemia e a adoção de ações ‘remotas’ emergenciais. Há discussões sobre o trabalho do professor, as relações familiares, a vida das crianças, numa intersecção com diferentes áreas, em especial da Medicina, Psicologia e Educação.

Louzada, Amâncio e Rossato (2021) problematizam os reflexos da avaliação institucional sobre as práticas, refletindo acerca da relação entre orientações de órgãos competentes e gestão democrática em uma escola de Educação Infantil do Rio de Janeiro durante a pandemia da COVID-19. O referido artigo conversa com a produção de Cruz, Cruz e Martins (2021), em que as autoras nos trazem ponderações acerca do respeito às crianças enquanto sujeitos dotados de direitos e, ao mesmo tempo, chamando a atenção para as leis que tratam da infância, questões que são ainda mais importantes em tempos de pandemia. Além disso, destacam a necessidade de parceria entre as gestões federal, estadual e municipal para que possa haver o retorno das atividades presenciais com segurança. Consideram de igual importância a parceria intersetorial, ou seja, a colaboração entre educação, assistência social e saúde, a partir de um planejamento coletivo das ações.

Os artigos de Vieira e Silva (2021) e Franco, Nogueira e Prata (2021) postulam diálogos que também dão destaque à documentação que encaminha ações pedagógicas não presenciais de modo a preservar algumas vivências do cotidiano anteriores à pandemia, resultantes de um percurso trilhado coletivamente: “A partir desta experiência, verificou-se que a documentação pedagógica possibilita a ação reflexiva docente e a comunicação do processo educativo, viabilizando a relação de parceria entre educadoras, crianças e familiares [...]” (Vieira; Silva, 2021, p. 1).

Franco, Nogueira e Prata (2021), além dos autores já citados, destacam que o uso das tecnologias promoveu experiências em meio aos desafios num cenário de desigualdade instaurado no Brasil e que, por esse motivo, ainda são necessários esforços e investimentos no sentido de tentar sanar as dificuldades existentes com as crianças e suas respectivas famílias, já que muitas delas não têm acesso aos aparatos eletrônicos.

Souza Santos (2020, p. 8-9) problematiza as exclusões sociais agudizadas na pandemia, ressaltando que “[...] as zonas de invisibilidade poderão multiplicar-se em muitas outras regiões do mundo, e talvez mesmo aqui, bem perto de cada um de nós. Talvez baste abrir a janela”. De fato, a pobreza, a desigualdade social, a falta de emprego, dentre outros fatores, escancararam realidades bastante preocupantes em nosso país. Como podemos pensar em ensino ‘remoto’ para quem não tem o que comer ou onde morar?

Reforçamos os apontamentos feitos pelos autores no sentido de que, apesar de o ensino ‘remoto’ ter sido considerado uma alternativa viável, é preciso atentar para o currículo e para as especificidades da Educação Infantil, assentados na ludicidade. Outrossim, a parceria entre as instituições e as famílias foi destacada em muitas das produções encontradas, pois mostrou-se como fundamental para que os vínculos de algum modo fossem preservados durante o período de

emergência em saúde. Destaca-se, também, a necessidade de formação continuada, para a reflexão sobre o fazer docente, num processo contínuo que busca garantir a qualidade da educação. No entanto, concordamos que a adoção das atividades ‘remotas’ provocou exclusões, visto que nem todos têm acesso ao uso das tecnologias, ficando à margem do processo educativo durante o fechamento das instituições.

Os artigos de Koslinski e Bartholo (2021) e David *et al.* (2021) trazem discussões que incluem o uso das tecnologias na educação frente a pandemia. No entanto, a publicação de Koslinski e Bartholo (2021) problematiza as dificuldades de acesso e manuseio dos aparatos por crianças no início da escolarização obrigatória e seus impactos na aprendizagem dos pequenos, que podem levar ao aprofundamento das desigualdades educacionais.

David *et al.* (2021, p. 22) corroboram os apontamentos na mesma direção, ressaltando que, embora as participantes de sua pesquisa fossem de escolas privadas, em que as famílias e as crianças tinham acesso ao uso de tecnologias, dificuldades ainda foram identificadas: “Esses resultados traduzem a especificidade de um modelo de ensino ainda em consolidação, sem grandes ações de planejamento, organização curricular e didática, de forma a corresponder às demandas e necessidades de seu público”.

Compartilhamos desse diálogo, uma vez que concordamos que, apesar de o ensino ‘remoto’ ter sido adotado de forma emergencial, questões que envolvem formação docente e planejamento foram negligenciadas. O período pandêmico expôs um descompasso frente ao acesso às tecnologias pelas crianças de diferentes estratos econômicos, o que acentuou as diferenças sociais e pode ter reflexos futuramente, já que as mais pobres pouco participaram dessas ações durante esse período. Cabe ressaltar que, mesmo para as crianças e famílias em cujas realidades a tecnologia já é algo corriqueiro, houve dificuldades.

Em especial, ficaram evidentes as dificuldades da mediação para que as crianças realizassem as atividades e a resistência dos pequenos em aceitar e participar dos encaminhamentos propostos. Cipriani, Moreira e Carius (2021), Coutinho *et al.* (2020) e Silveira (2021) nos provocam a refletir sobre o trabalho docente no contexto pandêmico imerso em um cenário de profunda crise econômica, que resultou em demissões e parcelamentos de salários, sobretudo na rede particular de ensino.

Os artigos apontam, ainda, para as experiências vividas durante a pandemia por meio da integração das tecnologias ao fazer docente, fato que revelou carências na esfera formativa dos professores: “As dificuldades na adoção de novos meios, recursos e metodologias pelos professores reforçam ser essencial a formação continuada e o maior suporte aos profissionais na

aquisição e no uso das tecnologias da informação e comunicação” (Cipriani; Moreira; Carius, 2021, p. 21).

O cenário pandêmico, além de levar docentes à exaustão, uma vez que se depararam com o desafio de aprender de maneira abrupta a trabalhar com novas metodologias, também resultou em reduções de carga horária ou de salários das professoras, especialmente das que atuavam na rede particular de ensino. Muitas crianças migraram da rede particular para o ensino público nesse período, devido a questões financeiras enfrentadas por seus responsáveis, fato que pode ter colaborado com tal situação. Nesse contexto, pontuamos que o vírus não afetou somente a saúde física das pessoas, somando-se nesse momento às inseguranças econômicas, que interferem nas demais questões de sobrevivência.

O alto nível de estresse e sobrecarga de trabalho também se manifestou, em função da migração do trabalho para as casas das profissionais, o uso de recursos próprios (*internet*, celulares, computadores, etc.), a violação da privacidade, tudo isso somado à falta de formação para trabalhar usando a tecnologia e a omissão de suporte e orientações dos gestores nos diferentes níveis de governo.

Tais reflexões evidenciam que a substituição das atividades presenciais pelas ‘remotas’ não é suficiente para garantir a continuidade do processo educativo, uma vez que necessidades de formação para lidar com as tecnologias foram negligenciadas. Nesse contexto, o artigo de Cruz, Menezes e Coelho (2021), ao mesmo tempo em que aponta os desafios do trabalho docente ‘remoto’, sinaliza para novas possibilidades de aprendizagens metodológicas que devem ser abarcadas pelas práticas pedagógicas.

Frente a esse cenário, os fatos apontam para a necessidade de uma reestruturação tanto na formação inicial quanto na formação continuada dos profissionais da educação, de modo a considerar a complexidade desses tempos. O mundo e as relações nunca estiveram tão ligados às tecnologias e excluir isso da escola afasta as crianças, gera desinteresse e desencontros. É preciso conhecer as possibilidades e projetar ações inclusivas para que a cultura digital faça parte do cotidiano educativo, de maneira crítica e consciente.

Seguindo essas ponderações, Tavares, Pessanha e Macedo (2021) também trazem reflexões acerca das experiências e conhecimentos decorrentes da pandemia, que podem resultar em práticas favoráveis de educação e acolhimento às crianças presentes nas creches e pré-escolas do município de São Gonçalo, no Rio de Janeiro. As autoras ressaltam que o isolamento, decorrente da COVID-19, vislumbrou a possibilidade de se adquirir mais conhecimentos que “[...] assinalam a importância de visibilizarmos as condições econômicas, educacionais, sociais, históricas e políticas, que

circunscrevem a vida cotidiana das crianças pequenas com as quais trabalhamos [...]” (Tavares; Pessanha; Macedo, 2021, p. 86).

O contexto pandêmico, que atropelou os sujeitos que não estavam preparados para se comunicar, trabalhar e estudar por meio da tecnologia, gerou um cenário de aumento de exclusões e invisibilidade das crianças, afetando sobremaneira as classes mais baixas. Nesse sentido, seja para as crianças que não tinham acesso, seja para as aquelas já inseridas em uma rotina com a tecnologia, especialmente no campo da Educação Infantil, vivenciamos dificuldades em manter vínculos, uma vez que a docência se constrói no cotidiano, nas trocas que ocorrem entre as crianças e seus pares, nas vivências, nas experiências concretas, palpáveis, no acolhimento e na afetividade. Araújo (2020) e Brandão (2021) refletem a respeito das vivências das crianças e manutenção dos direitos conquistados, como saúde e proteção, frente a um contexto desolador e desigual.

[...] podemos considerar que o desamparo [...] de nossas crianças, sem uma política universal de educação, de acesso à saúde e aos direitos básicos, é a melhor imagem projetada de nosso autoextermínio. Neste sentido, podemos considerar que o desamparo (presente e futuro) de nossas crianças, sem uma política universal de educação, de acesso à saúde e aos direitos básicos, é a melhor imagem projetada de nosso autoextermínio, enquanto sociedade e enquanto nação (Araújo, 2020, p. 120).

Araújo (2020) ainda pontua as disparidades existentes entre as classes sociais, enfatizando o sofrimento que tal situação acarreta para as crianças mais pobres e aos povos indígenas e quilombolas, que ficaram à margem das práticas pedagógicas adotadas por meio do uso de tecnologias. Ao problematizar a relação entre política, democracia e infância em meio à pandemia da COVID-19, o autor explicita que a garantia dos direitos, incluindo o de participação, ficou comprometida num cenário envolto em tantas incertezas.

Brandão (2021, p. 15) destaca que, ao acentuar as diferenças, “[...] a pandemia afeta de modo diferenciado as crianças, haja vista que pensar as ‘infâncias’, no plural, leva à reflexão de que elas são afetadas a partir dos diferentes marcadores de classe, raça, gênero, território, etc.”. Não há como lidar de modo igual numa sociedade desigual econômica, social e culturalmente. Se as práticas forem únicas, desconsidera-se a diversidade da infância, sua pluralidade, sua etnia, o que já estava comprometido nos contextos educativos presenciais e se aprofundou com a pandemia.

Anjos e Francisco (2012) problematizam a recomendação para o uso das tecnologias por crianças, inclusive bebês, enfatizando a necessidade de um olhar atento acerca dessa inserção dos pequenos no mundo digital, sem deixar de lado as especificidades envolvidas na etapa da Educação Infantil, inclusive o brincar.

Recomendar que as crianças fiquem em frente às telas é desconsiderar a dinâmica da infância em que os sujeitos infantis são inquietos, questionadores, movidos corporalmente para

explorar o mundo. A criança constrói sua identidade a partir das relações que vivencia, diante dos questionamentos que faz acerca do mundo a sua volta, dos sentidos atribuídos sobre a realidade, enquanto ser ativo, crítico e capaz de interpretar e reinterpretar os fatos que experiencia, produzindo cultura infantil.

A partir da análise da produção teórica levantada foi possível perceber que os autores corroboram quando enfatizam a necessidade de se atentar para as especificidades da Educação Infantil, a qual deve ser pública, gratuita e de qualidade, cuja identidade precisa ser conhecida e preservada, sem submeter as crianças pequenas a processos pedagógicos inadequados.

Reconhecemos nas publicações menções acerca da adoção do uso de tecnologias durante a pandemia, convergindo para a leitura de que isso agregou aspectos positivos ao trabalho docente, pois viabilizou a aquisição de mais conhecimentos e possibilitou que vínculos com as crianças e suas famílias fossem criados e mantidos, além de oportunizar aos pais e responsáveis o acesso ao currículo das instituições, os aproximando dos objetivos e finalidades da Educação Infantil.

Contudo, em muitas realidades cujo acesso à tecnologia é limitado para as famílias, especialmente por questões sociais, as instituições não conseguiram cumprir seu papel, embora tenham lançado mão de alternativas como a impressão de materiais. De um modo geral, constatamos um olhar atento e reflexivo das produções acerca dos rumos tomados pelas instituições de Educação Infantil, direcionando especial preocupação para a garantia das especificidades das práticas pedagógicas com as crianças pequenas, ancoradas nas interações e brincadeiras, que nesse contexto não foram asseguradas.

### Considerações finais

A partir da análise dos impactos da pandemia da COVID-19 e seus desdobramentos que tiveram consequências para a vida das pessoas de maneira bem abrangente, e do levantamento realizado, salientamos que pudemos observar proposições e apontamentos de grande relevância para a Educação Infantil durante o período de crise sanitária, ao mesmo tempo em que frisamos que a educação da infância não pode perder de vista seu papel como experiência coletiva de encontro e formação.

Como uma área recente no campo da educação, enfrentou desafios bastante complexos durante a pandemia, pois dificuldades que já eram latentes quanto à organização das práticas e formação dos professores foram aprofundadas. Registra-se, contudo, que tal levantamento não esgota a quantidade de produções, uma vez que temos conhecimento de textos em capítulos de livro, livros – publicados em formato impresso e digital –, artigos e *lives* que buscaram suprir a lacuna de conhecimento provocada pela pandemia e que merecem ser pesquisados e estudados.

Reforçamos o entendimento de que a Educação Infantil se dá de maneira presencial, por meio das trocas, do toque, da afetividade. Essas relações ficaram prejudicadas durante o tempo de emergência pandêmica, tornando evidente que após o retorno das atividades presenciais é de suma importância que os vínculos sejam ressignificados.

Documentar como esse período tem sido vivido e sentido é fundamental. O intuito de discorrer e fazer registros acerca de um fato proporciona reflexões e indica possíveis caminhos para que ações possam ser tomadas em várias esferas da sociedade, com vistas a melhorias em muitos aspectos que englobam a coletividade.

### Referências

ALBUQUERQUE, N. L. S. de. Planejamento operacional durante a pandemia de COVID-19: Comparação entre recomendações da Organização Mundial da Saúde e o Plano de Contingência Nacional. *Cogitare Enfermagem*, Curitiba, v. 25, p. 1-7, abr. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/ce.v25i0.72659>. Acesso em: 23 out. 2021.

ANJOS, C. I dos; FRANCISCO, J. D. Educação Infantil e tecnologias digitais: Reflexões em tempos de pandemia. *Zero a Seis*, Florianópolis, v. 23, n. especial, p. 125-146, jan./jan. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2021.e79007>. Acesso em: 05 out. 2021.

ARAÚJO, J. N. G de. Infância e Pandemia. *Caderno de Administração*, Maringá, v. 28, p. 114-121, jun. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/cadadm.v28i0.53733>. Acesso em: 05 out. 2021.

BRANDÃO, I. C. J. Infância em Tempos de Pandemia. *Holos*, Mossoró, RN, v. 3, p. 1 – 17, ago. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/cadadm.v28i0.53733>. Acesso em: 01 fev. 2022.

BRASIL. *Parecer CNE/PC nº 05/2020*. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Brasília, DF: MEC, 2020. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=14511-pcp005-20&category\\_slud=marco-2020-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14511-pcp005-20&category_slud=marco-2020-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 03 out. 2021.

BUSS-SIMÃO, M.; LESSA, J. S. Um olhar para o(s) corpo(s) das crianças em tempos de pandemia. *Zero a Seis*, Florianópolis, v. 22, p. 1420-1445, dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2020v22nespp1420>. Acesso em: 22 jul. 2021.

CALEGARI, A. M. *As inter-relações entre educação e saúde: implicações do trabalho pedagógico no contexto hospitalar*. 141f. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2003. Disponível em: <http://www.cerelepe.faced.ufba.br/arquivos/fotos/111/aparecidacalegari.pdf>. Acesso em: 16 maio 2022.

CÂMARA, F. P.; CÂMARA, D. C. P.; MORENO, M. Segurança em laboratórios de microbiologia e risco de epidemias. *Brazilian Journal of Health Review*, Curitiba, v. 3, n. 5, p. 13396-13402, ago./set. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.34119/bjhrv3n5-164>. Acesso em: 21 out. 2021.

CAMPOS, M. M. Pra que serve a pesquisa em educação? *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 39, n. 136, p. 269-283, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742009000100013>. Acesso em: 20 set. 2021.

CIPRIANI, F. M.; MOREIRA, A. F. B.; CARIUS, A. C. Atuação Docente na Educação Básica em Tempo de pandemia. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 46, n. 2, p. 1-24, jan. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-6236105199>. Acesso em: 31 jan. 2022.

COUTINHO, A. S.; LOPES, E.; VIEIRA, L. F.; TRÓPIA, P. V. Direitos trabalhistas e trabalho remoto na educação infantil durante a pandemia: resultados de pesquisa. *Zero a Seis*, Florianópolis, v. 22, p. 1478-1503, dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2020v22nespp1478>. Acesso em: 01 fev. 2022.

CRUZ, L. M.; MENEZES, C. C. L. C.; COELHO, L. A. Formação continuada de professores/as da educação infantil num contexto pandêmico: reflexões freirianas. *Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v. 17, n. 47, p. 158-179, ago. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i47.9426>. Acesso em: 01 fev. 2022.

CRUZ, S. H. V.; MARTINS, C. A.; CRUZ, R. C. de A. A Educação Infantil e as demandas postas pela pandemia: intersectorialidade, identidade e condições para o retorno às atividades presenciais. *Zero a Seis*, Florianópolis, v. 23, p. 147-174, jan./jan. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2021.e79003>. Acesso em: 05 out. 2021.

DAVID, P. B.; FILHO, E. M. de B.; CARVALHO, W. V. de; MENDES, D. L. L. L. Ensino remoto emergencial na educação infantil: experiência em escolas privadas. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 32, n.p., 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.18222/eae.v32.8335>. Acesso em: 01 fev. 2022.

FANTACHOLI, F. N. O Brincar na Educação Infantil: jogos, brinquedos e brincadeiras – um olhar psicopedagógico. *Revista Científica Aprender*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 12, p. 1-17, 2011. Disponível em: <http://revista.fundacaoaprender.org.br/?p=78>. Acesso em: 10 maio 2022.

FERREIRA, N. S de A. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-252, ago. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/vPsyhSBW4xJT48FfrdCtqfp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 out. 2021.

FRANCO, Z. G. E.; NOGUEIRA, E. M. L.; PRATA, W. de A. Educação Infantil no contexto amazônico: experiências em tempos de pandemia. *Zero a Seis*, Florianópolis, v. 23, p. 244 - 268, jan./jan. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2021.e78988>. Acesso em: 05 out. 2021.

HOLANDA, R. R.; FILHO, T. L. de L.; CHAVES, I. T.; MELO, I. R. de C.; RIBEIRO, A. A. Educação em tempos de COVID-19: a emergência da educação a distância nos processos escolares da rede básica de educação. *Holos*, Mossoró, v. 3, n. 37, p. 1-15, maio 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.15628/holos.2021.11767>. Acesso em: 31 jan. 2022.

KOHAN, W. O. Tempos da escola em tempo de pandemia e necropolítica. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 15, p. 1-9, maio/jun. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v15.16212.067>. Acesso em: 30 dez. 2021.

KOSLINSKI, M. C.; BARTHOLO, T. L. A pandemia e as desigualdades de oportunidades de aprendizagem na educação infantil. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 32, p. 1-27, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.18222/eaec.v32.8314>. Acesso em: 01 fev. 2022.

LIRA, A. C. M.; MACHADO, L. S.; NUNES, M. A. O brincar em tempos de Pandemia. *Anais do XV Congresso Nacional de Educação – EDUCERE*, Curitiba, 2021. Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2021/28297\\_14355.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2021/28297_14355.pdf). Acesso em: 15 abr. 2022.

LOPES, L. F. D.; FARIA, R. M. de; LIMA, M. P.; KIRCHHOF, R. S.; ALMEIDA, D. M. de; MOURA, G. L. de. Descrição do perfil epidemiológico da COVID-19 na região sul do Brasil. *Hygeia-Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde*, Uberlândia, v. 16, p. 188-198, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/Hygeia16054772>. Acesso em: 21 out. 2021.

LOUZADA, V.; AMANCIO, C.; ROSSATO, R. A avaliação institucional e a gestão na/da educação infantil em meio à COVID-19. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 32, p. 1-21, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.18222/eaec.v32.8247>. Acesso em: 31 jan. 2022.

MACHADO, Y. L. *Sedentarismo e suas consequências em crianças e adolescentes*. Instituto Federal De Educação Ciências e Tecnologia Sul de Minas – Campus Muzambinho - Bacharelado em Educação Física - TCC, Muzambinho, 2011. Disponível em: [https://www2.muz.ifsuldeminas.edu.br/attachments/1681\\_17.pdf](https://www2.muz.ifsuldeminas.edu.br/attachments/1681_17.pdf). Acesso em: 24 jan. 2022.

RIBOLI, E.; ARTHUR, J. P.; MANTOVANI, M. de F. No epicentro da epidemia: um olhar sobre a COVID-19 na Itália. *Cogitare Enfermagem*, Curitiba, v. 25, p. 1-7, maio 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/ce.v25i0.72955>. Acesso em: 21 out. 2021.

SANTOS, B. de S. *A Cruel Pedagogia do Vírus*. Coimbra: Almedina, 2020.

SILVA, A. M. (Não) é só uma gripezinha: argumentação e realidade forjada nos pronunciamentos de Jair Bolsonaro sobre a covid-19. *EIDEA, Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, v. 2, n. 20, p. 4-28, jun./jul. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.47369/eidea-20-2-2736>. Acesso em: 03 jan. 2022.

SILVEIRA, J. O teletrabalho coletivo durante a pandemia da COVID-19: um relato de experiência na Educação Infantil de Florianópolis. *Zero a Seis*, Florianópolis, v. 23, p. 316-332, jan./jan. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2021.e76802>. Acesso em: 05 out. 2021.

SOUZA, F. F de; DAINEZ, D. Educação Especial e Inclusiva em tempos de pandemia: o lugar de escola e as condições do ensino remoto emergencial. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 15, p. 1-15, jun./ago. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.15.16303.093>. Acesso em: 07 maio 2022.

TAVARES, M. T. G.; PESSANHA, F. N. de; MACEDO, N. A. Impactos da pandemia de COVID-19 na Educação Infantil em São Gonçalo/RJ. *Zero a Seis*, Florianópolis, v. 23, p. 77-100, jan./jan. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2021.e78996>. Acesso em 05 out. 2021.

VIEIRA, N. F. S.; SILVA, M. R. P. da. Como nós e nós: a documentação pedagógica na creche no contexto da pandemia da COVID-19 em 2020. *Holos*, Natal, v. 37, n. 3, p. 1-13, jan. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.15628/holos.2021.11628>. Acesso em: 01 fev. 2022.